

O *Polè* pedagógico: feitiço e epistemologias do transe em sala de aula como enfrentamento político, afetivo e espiritual na pandemia de Covid-19

The pedagogical *Polè*: feitiço and epistemologies of transe in classroom as a political, affective and spiritual confrontation during covid-19 pandemic

Carla Ramos Munzanzu

Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Pará, Brasil

Myrian Sá Leitão Barboza

Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar e analisar duas experiências de sala de aula dos cursos de antropologia e arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará. O contexto em que essas experiências se desenrolam é marcado pela sobreposição de uma política de governo baseada num racismo explícito e brutal contra a população negra e indígena, resultado de uma gestão trágica da pandemia de covid-19, que causou a morte de 600 mil pessoas, e de ataques diretos às universidades públicas. Este artigo é uma composição da escrita sensível de duas amigas educadoras comprometidas com a luta antirracista que se conheceram dentro da universidade. Os relatos foram elaborados à luz da tese de Conceição Evaristo sobre a “escrevivência”. Por isso a centralidade do relato livre, que teoriza e dialoga com um acervo de ideias e referenciais epistemológicos próprios de um pensamento negro transatlântico. A partir dessa reflexão política e de seus efeitos analíticos no texto, utilizamos a categoria “feitiço” e a ideia de “epistemologias do transe” para tratar do tema proposto.

Palavras-chave: Mulheres negras, Pandemia de covid-19, Epistemologias do transe, Feitiço, Escrevivência.

Recebido em 22 de junho de 2022.

Avaliador A: 11 de julho de 2022.

Avaliador B: 06 de agosto de 2022.

Aceito em 04 de outubro de 2022.



ABSTRACT

The article analyzes two classroom experiences in the anthropology and the archeology courses at the Universidade Federal do Oeste do Pará. The context in which these experiences unfold is marked by the overlapping of a government policy based on brutal and explicit racism against black and indigenous individuals, the result of the inept management of the covid-19 pandemic, which caused the death of 600 thousand people, as well as on the direct political attacks against public universities. However, we did not interrupt our daily “work” of entering our classrooms, even the virtual ones, with the willingness to create communities and strategies to challenge the current anti-blackness and racist order. The article is a composition of the sensitive writing of two educators who met on the front within the university. The narrative that follows draws inspiration from Conceição Evaristo’s thesis on “escrevivência”. Therefore, the centrality of a free writing style, which theorizes and dialogues with a collection of ideas and epistemological references specific to a transatlantic black thought. Finally, using this basis for analyzes, we use the category “spell” and the idea of “trance epistemologies”.

Keywords: Black women; Covid-19 pandemic, Epistemology of *trance*, Feitiço, Escrevivência.

Figura 1. Caminhada Azoany



Fonte: Ismael Silva (2019).

INTRODUÇÃO¹

Algum tempo atrás, uma colega, ex-diretora de nosso instituto, comentou o quanto ainda se lembrava de como os colegas do programa de antropologia e arqueologia “entregavam” todas as tarefas com muita qualidade e celeridade. As tais “tarefas” diziam respeito ao primeiro projeto pedagógico dos cursos. Formalmente, o curso de antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi criado em fevereiro de 2013, muito embora tenha sido iniciado no inverno amazônico, mais precisamente no mês de março de 2011. O curso de antropologia e arqueologia foi rascunhado e finalizado por muitas mãos, e colegas mais maduros de outras instituições estiveram ligados diretamente à formulação de seu projeto pedagógico. Naquele momento, éramos um grupo bastante jovem de antropólogas, ainda em número reduzido. Foram meses em que estivemos dedicadas diretamente à criação dos cursos do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) e de outros documentos ordenadores da própria Ufopa, como seu estatuto, aprovado dois anos depois, em 2013².

Nosso engajamento foi intenso, e é por isso que ainda hoje temos boa fama como um grupo participativo e de alta qualidade técnica, voltado para a atuação nas esferas administrativas e acadêmicas da universidade e composto por colegiados do Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA). Pensar nesse panorama é relevante para nosso artigo, que se propõe a apontar uma característica dos cursos de graduação em antropologia que têm em seu corpo de discentes e docentes negras e indígenas intelectuais, qual seja, a centralidade da “sala de aula” para a formulação e a prática de uma agenda política negra profundamente emancipatória³ (JAMES, 2013).

De acordo com a hipótese de uma extensa tradição teórica afrodiaspórica (ALEXANDER, 2005; GOMES, 2019; hooks, 1994, 2003, 2010; JAMES; FARMER, 1993; JAMES, 2013; SILVA, 2017; ROJAS, 2007; YEMANJÁ, 2006), a sala de aula, em suma, é entendida aqui

1 Esse artigo apresenta relatos na primeira pessoa do singular e na terceira do plural em momentos diferentes. Esse estilo resulta da dinâmica de seu próprio processo de escrita, que tentou fazer uma costura de modo a serzir algumas das memórias de nossas vivências, vividas ao longo de quase dez anos de atividades. Por isso, a leitura encontrará, por vezes, tons diferentes nos relatos, bem como estilos de construção textual característicos de nossas posicionalidades. Optamos por publicar o artigo dessa maneira, assumindo os riscos e possíveis estranhamentos quanto à sua forma.

2 Portaria nº 400/2013-SERES/MEC 15/8/2013 - Aprova o Estatuto da Ufopa.

3 Para o perfil étnico-racial dos discentes da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), consultar as páginas da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – Proen (<http://www.ufopa.edu.br/proen/>) e Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão - Procce (<http://www.ufopa.edu.br/procce/>).

como um espaço tomado por mulheres negras e manipulado política e espiritualmente por elas numa complexidade temporal não linear de longa duração. Num trabalho importante para entendermos a ideia das “cartografias de luta” forjadas por mulheres negras, Katherine Mckittrick (2006) defende uma leitura que sinaliza fortemente para as dinâmicas raciais generificadas que marcam historicamente a construção política do espaço, que resulta na definição da autora de “geografias de dominação”:

[...] as práticas sociais criam paisagens e contribuem para a forma como nos organizamos, construímos e imaginamos o nosso entorno. Os sujeitos negros não são indiferentes a essas práticas e paisagens; ao contrário, eles estão conectados a estas devido às hierarquias raciais-sexuais, e ao seu status (muitas vezes não reconhecido) de seres geográficos que têm interesse na produção do espaço. As histórias, vidas e espaços das mulheres negras devem ser entendidos como entrelaçados com os arranjos geográficos tradicionais para identificar uma maneira diferente de conhecer e escrever o mundo social e expandir a maneira como a produção do espaço é alcançada em terrenos de dominação. (MCKITTRICK, 2006, p. 14, tradução nossa).

No entanto McKittrick tensiona essa formulação racial, ao chamar atenção para o “espaço” também produzido historicamente por mulheres negras, numa ação política deliberada de “manipulação” e “remodelação” da realidade. É sobre essas duas dimensões da cartografia da sala de aula, dessa comunidade forjada por mulheres negras onde se pratica a liberdade (hooks, 1994)⁴, que esse artigo vai se dedicar a tratar. Uma das premissas do artigo reafirma a defesa de Nilma Lino Gomes (2010, 2018) sobre os elementos definidores da atuação da geração mais contemporânea de negras intelectuais dentro da universidade. Para a autora:

Os intelectuais negros – principalmente aqueles que elegem a questão racial como seu foco de investigação – irrompem contra essa alteridade forjada e contextos de poder. A diferença étnico-racial que deveria ser suprimida no projeto moderno ou que é produzida em outros moldes no atual processo de globalização do capital adquire outro tipo de visibilidade. O “outro da razão” passa a ocupar os lugares da racionalidade que não se dissociam da corporeidade, da musicalidade, das narrativas, da vivência da periferia, das culturas negras, das formas comunitárias de aprender. [...] Tudo isso se dá em meio a tensões e conflitos. (GOMES, 2010, p. 503).

Sendo assim, vamos apresentar aspectos dessa dupla dimensão de nossa experiência como negras intelectuais atuando numa universidade pública. Nossa intenção é contribuir para esse campo de discussão, que toma um curso de graduação em antropologia como espaço para reflexão sobre as intervenções políticas realizadas particularmente por mulheres negras

⁴ O nome da autora bell hooks será grafado em letra maiúscula por uma exigência normativa.

transexuais, travestis e “cisgênero”⁵. A seguir, trataremos diretamente das contribuições relacionadas a nossa prática pedagógica, revisitando os passos escolhidos por nós num momento de crise aguda, causada pela ascensão de um grupo político portador de um discurso abertamente racista e profundamente violento contra negros e indígenas ao governo federal⁶. Como se não bastassem esses enfrentamentos, tivemos que atravessar o momento mais terrível do estado de emergência sanitária causado pela pandemia da covid-19. Nossas salas de aula nunca mais serão as mesmas depois da gestão política da pandemia no Brasil, que matou mais de 600 mil pessoas, formado por uma maioria silenciosa de mulheres negras e indígenas⁷. Esse artigo traz notícias sobre esse campo de batalha pela vida e contra o racismo. Tudo isso numa sala de aula de um curso de antropologia no interior da Amazônia brasileira.

“CREATE DANGEROUSLY” OU SOBRE UM TEMPO DE ATAQUES À SALA DE AULA

Há muitas interpretações possíveis do que significa criar perigosamente, e Albert Camus, como Osip Mandelstam, sugere que se trata de criar uma espécie de revolta contra o silêncio, criar quando tanto a criação quanto a recepção, a escrita e a leitura são empreendimentos perigosos, desobediências a uma ordem. (DANTICAT, 2010, p. 11, tradução nossa).

Foi na sala de aula de um curso de “Teoria Radical Negra”, no Departamento de Estudos da Diáspora Africana e Africanos da Universidade do Texas que eu, Carla, entrei em contato com o livro de Edwidge Danticat (2010) *Create dangerously: the immigrant artist at work*. Trata-se de uma obra que reúne 12 capítulos ensaísticos e um *post-scriptum* em que a autora apresenta uma série de histórias sobre a prática da criação artística realizada a despeito (ou mesmo por causa) de condições políticas e sociais dramáticas vividas em contextos de guerras civis, golpes de Estado, ditaduras civis-militares, migrações forçadas e exílios. Danticat é de uma geração

5 Ao usar essas definições, seguimos a orientação da intelectual negra Thiffany Odara (2020). Tomando a impossibilidade do corpo negro de performar gêneros formulados para corpos “brancos” dentro do projeto antinegro produtor e mantenedor da modernidade, quando falamos “mulher negra” queremos de fato sublinhar esse termo mesmo quando a utilizamos para nos identificar politicamente (ver esse debate sobre antinegitude em FRANK WILDERSON III, 2010).

6 Em janeiro de 2018, tomou posse o presidente Jair Bolsonaro, assumindo uma política de agressões contínuas às instituições de ensino superior que culminou numa sistemática de cortes orçamentários, na desvalorização e no abandono da produção científica do país.

7 Relatórios do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio e do Instituto Pólis.

de famílias de haitianos separadas durante o duro regime terrorista de François Duvalier na década de 1950. Sob a ditadura militar de “Papa Doc” Duvalier, milhares de haitianos que contestavam o regime foram brutalmente assassinados em praça pública, caso dos ativistas Marcel Numa e Louis Drouin, fuzilados em novembro de 1964, mortes com ampla cobertura dos jornais e da televisão, num dia em que até as atividades escolares foram suspensas para que todos pudessem acompanhar a execução. Uma das motivações da espetacularização desses assassinatos cometidos durante a ditadura de “Papa Doc” Duvalier era intenção de impor uma doutrina do “medo” e do “exemplo” para a população haitiana. Esse “espetáculo” monstruoso cumpria também a função de construir uma narrativa em que esses personagens tinham suas trajetórias obliteradas e não enunciadas, como de fato eram. Danticat segue explicando:

Marcel Numa e Louis Drouin eram patriotas que morreram para que outros haitianos pudessem viver. Eles também eram imigrantes, como eu. No entanto eles abandonaram uma vida confortável nos Estados Unidos e se sacrificaram pela pátria. Uma das primeiras coisas que o déspota Duvalier tentou tirar deles foi o elemento mítico de suas histórias. Na propaganda que antecedeu sua execução, ele os rotulou de “não haitianos”, rebeldes estrangeiros, *blans* inúteis (DANTICAT, 2010, p. 7, tradução nossa).

A experiência de “medo” e “perseguição” mais recente enfrentada por educadores de todo o país foi instaurada logo após a eleição presidencial de 2018, que levou ao poder um representante e seu grupo político, cujo *modus operandi* é impor um verdadeiro estado de terror constante entre alguns setores da sociedade brasileira, entre eles educadoras e educadores. O grupo talvez ainda não use todos os métodos sórdidos de “Papa Doc” Duvalier, embora tenha outros aspectos que facilmente poderiam aproximar um regime do outro. O que temos experimentado é um estado de tensão que tem revelado as geografias de dominação que espacializam as diferenças raciais, sexuais e de classe e as impõem em nossas salas de aula. Gostaríamos de ressaltar, no entanto, um aspecto que tem relação direta com o debate trazido neste artigo e que diz respeito a um efeito específico desses ataques diretos a nós, enquanto intelectuais negras e indígenas em sala de aula, que é o desejo de “criação coletiva”, capaz de mover e reunir estudantes e educadoras na sala de aula⁸.

Após as execuções de Marcel Numa e Louis Drouin, enquanto as imagens de suas mortes se repetiam nos cinemas e na televisão estatal, os jovens do Club de Bonne

⁸ A propósito desse “estado de coisas”, o professor negro Juarez Xavier, da Unesp, foi violentamente agredido na semana da Consciência Negra; depois de ser chamado de “macaco”, o docente foi esfaqueado. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2019/11/22/professor-esfaqueado-e-chamado-de-macaco-no-dia-da-consciencia-negra-critica-soltura-do-suspeito-absurdo.ghtml>. Acesso em: 02 dez. 2019.

Humeur, juntamente com a população haitiana, precisavam desesperadamente da arte para sua sobrevivência. Eles precisavam de uma arte que pudesse convencê-los de que não morreriam da mesma forma que Numa e Drouin. Precisavam ser convencidos de que as palavras ainda podiam ser ditas, que as histórias ainda podiam ser contadas e transmitidas. Então, como meu pai contava, esses jovens vestiam lençóis brancos como togas e tentavam encenar a peça de Camus – baixinho – em muitas de suas casas, onde sussurravam as falas. (DANTICAT, 2010, p. 8, tradução nossa).

É justamente a “criação” de um espaço de liberdade, cuidado e trabalho que temos experimentado desde que nós chegamos a Santarém, entre 2010 e 2011. Isso tudo, diríamos, a despeito dos riscos que eventualmente corremos todos os dias em nossos cursos de Feminismo Negro ou durante as leituras de autoras negras como Conceição Evaristo⁹ e Toni Morrison¹⁰. Como nos diz Danticat, os haitianos “precisavam ser convencidos de que as palavras ainda podiam ser ditas, que as histórias ainda podiam ser contadas e transmitidas” (DANTICAT, 2010, p. 8). É por isso que nesse processo estamos reunidos num ato de “criação perigosa”.

Retomando o trecho do livro de Danticat, que citamos no início dessa seção do artigo ao nos referirmos mais diretamente à experiência de educadoras negras e negros, que tem criado esse ambiente de revolta contra a imposição do silêncio às nossas experiências históricas, políticas, afetivas, espirituais e filosóficas, às nossas maneiras de ser no mundo. Nas palavras de Danticat, criamos “quando tanto a criação quanto a recepção, a escrita e a leitura são empreendimentos perigosos, desobediências a uma ordem” (DANTICAT, 2010, p 10). Há duas dimensões que se cruzam nesse ambiente de ação contra o silenciamento das temáticas de gênero e sexualidades e das desigualdades raciais dentro e fora da universidade. Nosso argumento, aqui, é o de que o que tem reunido educadoras e estudantes em sala de aula num espaço de solidariedade é uma ideia de “cuidado”, “trabalho” espiritual e elaboração de processos contínuos de “manipulação da realidade social” (MCKITTRICK, 2006); ainda acrescentamos a noção de *feitiço*, diretamente relacionada a uma epistemologia própria do estado de transe (RAMOS, 2019). A epistemologia que mencionamos parte da pesquisa de Nilma Lino Gomes (2018) a respeito da importância do movimento negro brasileiro como produtor de conhecimento e educador capaz de criar um projeto de sociedade antirracista. Em diálogo com o sociólogo Boaventura Sousa Santos, Gomes nos explica:

9 Conceição Evaristo, autora negra brasileira que se tornou referência para o debate racial e para o cânone da literatura negra brasileira.

10 Toni Morrison, escritora estadunidense ganhadora do prêmio Nobel de Literatura e personagem fundamental para o debate sobre literatura e política nos Estados Unidos.

Santos (2009) afirma que toda experiência social produz conhecimento. Ao fazê-lo, pressupõe uma ou mais epistemologias. Por epistemologia entende-se toda ação ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. E é por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional ou inteligível. De acordo com o autor, não existe conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior das relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes tipos de epistemologia. (GOMES, 2018, p. 28).

Uma “epistemologia do transe” é o resultado de uma experiência social própria das comunidades tradicionais de terreiro¹¹. Por hipótese e experiência, no “transe” pode-se experimentar certos “estado ou condição” específicos a determinados tipos de aprendizagem. Podemos seguir, por exemplo, uma compreensão na linha dos estudos negros *queer*, a de que a transcorporeidade produz “gêneros” (STRONGMAN, 2019), ou ainda segundo a formulação dos estudos feministas negros de que o transe preenche o corpo negro de memória e o territorializa como quilombo, tal como nos explica Beatriz Nascimento, em uma passagem do filme *Ôrí* de 1989¹². De um lado, o ato de aprender a recriar “gêneros” e, de outro, o aprender sobre a memória ancestral que reconstitui o corpo negro como quilombo encarnado. Portanto, há aí uma pedagogia do estado de “transe”, uma que seja capaz de atuar em nossos corpos, nos moldando e colocando em contato com a nossa comunidade ancestral. O “transe”, de acordo com essa reelaboração de Ramos (2019), traz bons elementos na formulação de uma teoria política eficaz para tratar da história política negra na diáspora africana. Tomando como lição os ensinamentos do feminismo negro é preciso desenhar um novo repertório de conceitos e categorias analíticas para que possamos falar sobre uma realidade social que tem sido silenciada, que tem sido “desaparecida”¹³ no interior dos processos violentos que seguem operando na superfície e nas profundezas de nossos modos de nos organizarmos socialmente. Portanto, podemos falar de uma epistemologia do “transe” porque esta carrega um modo próprio de conhecer e falar sobre o mundo. Além disso, o “transe” é também pedagogia porque propõe camadas de complexidades no universo do sistema de interações do processo ensino-aprendizagem. E o “transe” é, por fim, uma tecnologia de comunicação e de salvaguarda de memória, mecanismo que tem sido utilizado há séculos por negras e negros na diáspora (WALKER, 1983).

11 Estamos nos referindo às tradições seculares como o candomblé, a umbanda, o tambor de mina, xangô, batuque, santeria, o vodou haitiano, o culto à Ifá e às demais comunidades tradicionais afro-atlânticas, presentes em toda a diáspora africana (CASTOR, 2017; STRONGMAN, 2019; TINSLEY, 2018).

12 O filme *Orí*, de 1989, tem roteiro de Beatriz Nascimento e direção de Raquel Gerber.

13 Sobre isso, ver “sociologia das ausências”, a tese de Boaventura Sousa Santos (2009). Ver também a tese de doutorado de Sueli Carneiro (2005) e sua abordagem sobre o epistemicídio sistemático do pensamento político e social negro no Brasil.

A ideia do “cuidado” com a qual dialogamos neste texto faz parte do universo ritual das comunidades de terreiro de tradição Jeje Mahi, especialmente o terreiro do Zòògodò Bogun Malè Hùndo. O que mais tarde veio a ser o terreiro matriz de tradição Jeje Mahi no Brasil foi “plantado” em 1719¹⁴ por dois ex-cativos que, no percurso de uma “fuga”, decidiram assentar seus Voduns onde hoje fica o bairro do Engenho Velho da Federação, em Salvador. Essa é uma história que não convém contar pela metade, mas pedimos desculpas às leitoras por encaminhar nosso argumento em uma outra direção. Numa conversa com a antropóloga e cineasta negra Urânia Munzanzu, falávamos sobre um ritual muito importante chamado *Polè*. O ritual do *Polè* cumpre uma etapa intervalar entre determinadas cerimônias do ciclo anual. Durante o *Polè*, os voduns “cuidam” de suas vodunsis com um “banho” ritual, em que o próprio vodum lava e prepara o corpo da Vodunsi:

Quem banha a gente é o santo. Quem cuida do corpo é o santo. É como se essa limpeza, que esse banho só fosse possível pela via da ancestralidade. Não importa se o que foi edificado está ali, você volta para a memória daquele lugar, daquele povo, para a memória do que aconteceu ali na iniciação de outras vodunsis. Você revisita a memória ancestral desde o lugar onde você está. (URÂNIA MUNZANZU, entrevista proferida em Salvador, 2019).

Após o banho nas águas da nação Jeje Mahi, os vodun saúdam a memória de cada ancestralidade plantada em seu território. Em linhas gerais, estaríamos diante de mais um elemento importante a conformar a epistemologia do transe, tal qual definimos anteriormente. Ainda no escopo da hipótese de Ramos (2019), há um tipo específico de “ação” política que é desempenhada por mulheres negras e pode ser descrita como *feitico*, ou seja, uma ação deliberada de alteração das condições de vida e de manipulação da realidade vivida em benefício próprio; essa prática faz uso de um conjunto de saberes e fazeres específicos do repertório epistemológico de matriz africana. A partir dessa definição, consideramos a noção de *feitico* como uma tecnologia capaz de operar uma transformação da realidade social. Tal tecnologia política é transmitida e performada por mulheres negras a partir dos mais variados modos e motivações. Por isso, gostaríamos de conferir mais densidade às questões que discutimos sobre a sala de aula e sobre o que representa esse espaço dentro de um projeto político formulado por mulheres negras.

Voltamo-nos ao caso das mulheres negras intelectuais professoras de antropologia, que têm produzido conjurações e descontinuidades no interior do ambiente racialmente violento e antinegro que institucionaliza a disciplina e seus atores dentro academia (JONES, 2013). O

14 Ver Everaldo Conceição Duarte (2017).

feitiço é uma ação que pode ser articulada a partir da palavra dita e ouvida ou daquela que é dita e, embora não possa ser ouvida nem observada, ainda assim é uma palavra em ação. O debate trazido por Omi Jones (2013) e os artigos que compõem o livro de James e Farmer (1993) discorrem a respeito dos efeitos das estruturas de opressão e marginalização das universidades predominantemente brancas, sobretudo em suas posições de poder, como é o caso do Brasil, diante da vida de intelectuais professores negras. Essas obras discutem um elenco variado de estratégias capazes de amplificar e promover um distúrbio programado no isolamento social provocado pelo funcionamento das instituições acadêmicas racialmente programadas contra nós (JONES, 2010). Em suma, a política de mulheres negras na diáspora africana é feitiço. Trata-se de uma tecnologia de intervenção e de fraturamento do edifício violento caracterizado pelo racismo, pelo sexismo, pela misoginia e por LGBTQIA+fobias. Essa tecnologia, como nos ensinam as comunidades tradicionais de terreiro, ultrapassa noções lineares de tempo, atuando no passado, no presente e no futuro, em arranjos que reverberam de acordo com a intenção e com a palavra que se “coloca no vento”.

Em um dos contos do livro de Mãe Beata de Yemonjá (2006), *Caroço de dendê: a sabedoria dos terreiros*, o orixá Exu protagoniza uma lenda em que “mata o pássaro ontem com a pedra que lançou hoje”. Nesse pequeno trecho da história contada por Mãe Beata, Exu é representado como grande “manipulador” do tempo-espaço, o que também serve para ilustrar a ação “mágica” incorporada (“*embodied*”), que pode operar atravessando dimensões de tempo e espaço. Ao manipulá-los e subvertê-los, é como se pudéssemos artesanalmente ir fabricando novas dimensões no interior da realidade (ALEXANDER, 2005; MCKITTRICK, 2006)¹⁵.

No que se refere ao “trabalho” envolvido nessa dinâmica política de intervenção social pela via do feitiço, trazemos a definição da autora de Trinidad e Tobago Jacqui Alexander (2005). De acordo com sua obra, um dos argumentos mais caros ao feminismo negro ao longo da história tem sido colocar ênfase na “experiência” como fonte primeira de elaboração teórico-política. Para autoras negras como a própria Alexander, Glória Wekker (2006), Omi Osun Joni L. Jones (2015), Natasha Tinsley (2018), N. Fadeke Castor (2017), e o autor negro Roberto Strongman (2019), a espiritualidade de matriz africana na diáspora tem uma influência-presença preponderante no cotidiano das pessoas, influenciando e informando escolhas, motivações, ações e desejos. É nesse ponto que Alexander (2005) apresenta duas ideias instigantes ao

15 Há uma discussão sobre esse aspecto ligado diretamente à manipulação mágica da realidade e de como tem sido performado por comunidades negras na diáspora africana. Ver esses eventos narrados no livro de Toni Morrison (1987) *Beloved* (*Amada*, seu título em português) e no filme homônimo baseado no livro, do diretor Jonathan Demme (1998).

discutir o “espiritual” como elemento político e o “espaço da sala de aula como ambiente sagrado” (ALEXANDER, 2005, p. 97). O “espiritual é político”, segundo a autora, porque a espiritualidade informa fortemente as nossas experiências do mundo, sobretudo quando nos aproximamos das trajetórias de mulheres negras – é por isso que a ideia de “trabalho” precisa dar conta de outras dimensões, como a de “trabalho espiritual” (ALEXANDER, 2005, p. 286). Segundo Alexander:

Desejo examinar como os praticantes espirituais empregam um sistema metafísico para fornecer as amarras para seus significados e sua compreensão de si – em suma, como eles constituem ou lembram experiências sagradas e como essa experiência molda sua subjetividade. A experiência é uma categoria de grande importância epistêmica para o feminismo. Mas nós a entendemos primordialmente como secularizada, como se fosse Espírito ausente, portanto antitético, ainda que indiretamente, ao Sagrado. Ao mudar o terreno da experiência do secular para o sagrado, podemos posicionar melhor, como Lata Mani propôs, o pessoal como espiritual. Mas a designação do pessoal como espiritual não precisa significar que o social foi evacuado para um domínio que é inelutavelmente privado. Embora diferentes forças sociais possam ter de fato privatizado o espiritual, ele é muito vivido em um domínio que é social, no sentido de fornecer um conhecimento cuja destilação é indispensável à vida cotidiana, suas manifestações particulares transformando e espelhando o social de maneiras ao mesmo tempo significativas e tangíveis. Com efeito, o espiritual não é menos social que o político, que já não contestamos como mediador do trânsito entre o pessoal e o político. (ALEXANDER, 2005, p. 295, tradução nossa).

Jacqui Alexander propõe que troquemos o “lugar” de compreensão da experiência, deslocando-a para o “Sagrado”, não mais ao interior da dimensão do secular. É nesse “mudança de terreno” que a sala de aula e um curso de antropologia, ou melhor, que o “trabalho” em sala de aula e num curso de antropologia pode ser entendido como “trabalho espiritual”, justamente pelo fato de que a “sala de aula” e nossa experiência dentro dela ganham uma gama diferente de sentidos e significados. O *Polè* foi o ritual de cuidados que os estudantes e nós conseguimos promover ao longo de cada encontro em sala de aula, naquele ano desafiador de 2019. Durante esse tempo de feitiço contra a violência e a covardia que nos cercava cotidianamente, foi Conceição Evaristo quem trouxe água suficiente para todas nós. À Toni Morrison coube a tarefa de nos banhar nas águas da memória e do acolhimento coletivo. Depois disso, nada ficou como antes dentro de nós. No final, o que fizemos foi um trabalho lindo, um trabalho coletivo para manipular a realidade social a nosso favor.

CALLING FOR A CONJURATION: “EU ESCREVI NO QUADRO OS NOMES DE CONCEIÇÃO EVARISTO E TONI MORRISON¹⁶!”

Figura 2. Turma de antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará



Fonte: Pedro Jorge Alcantara (2019).

Até aqui consideramos a atuação de educadoras negras nas salas de aula dos cursos de graduação em antropologia salientando algumas características muito variadas dessa presença, o que altera alguns pontos do que se convencionou abordar nos debates sistemáticos sobre o ensino da disciplina no país (VEGA SANABRIA; DUARTE, 2019). No horizonte de meu cotidiano como professora, intelectual negra e lésbica na universidade, que assume pautas político-pedagógicas ligadas à luta antirracista e anti-LGBTQIA+fóbicas, há o espectro da violência física e simbólica que pode surgir a qualquer momento dentro de minha sala de aula. É igualmente nesse território que temos forjado, de maneira intencional e ao longo de décadas, pautas relevantes para os movimentos de mulheres negras. É por isso que a sala de aula, como

¹⁶ No segundo semestre de 2019, eu, Carla, lecionei um curso chamado “Antropologias Contra-Hegemônicas”, cuja ementa incluiu as obras de Conceição Evaristo e Toni Morrison. Na primeira experiência, do curso seguimos um roteiro que incluiu a leitura de três obras de Conceição Evaristo na seguinte ordem: *Insubmissas Lágrimas de mulheres* (2011), *Ponciá Vicêncio* (2007) e *Olhos d’água* (2016). Na sequência, fizemos a leitura do livro *Amada* (2007), de Toni Morrison e discutimos o filme *Amada* (1998), baseado na obra de Morrison. Na finalização do curso, assistimos ao filme *A cor púrpura* (1985), inspirado no livro homônimo de Alice Walker (1982), e o discutimos. A componente “Antropologias Contra-Hegemônicas” apresenta um debate a respeito de outras formas de pensar e fazer antropologia a partir de diferentes referenciais teóricos que não fazem parte do cânone clássico da disciplina. Cada um dos docentes tem liberdade para, a cada oferta, propor uma relação de autoras e pontos de debate. Em nossa experiência, nos comprometemos com discussões políticas e inovações de linguagem conduzidas por mulheres negras (trans e cis), particularmente as afrodiáspóricas. Por fim, essa componente é de oferta obrigatória para os discentes de graduação do curso de antropologia e tem caráter optativo para quaisquer outros cursos da universidade.

temos repetido – inclusive a sala de um curso de graduação em antropologia de uma universidade criada no interior da Amazônia (Ufopa)¹⁷ – serve aos propósitos de uma luta antirracista que, na maioria das vezes, se contrapõe à reprodução institucional da disciplina, constituída por um caráter hegemonicamente¹⁸ antinegro¹⁹. Uma teoria política de mulheres negras tem que levar em consideração a dimensão do feitiço em seu arcabouço teórico e afetivo. Isso porque é nesse espaço sagrado, a sala de aula, que nosso feitiço talvez encontre as melhores condições para se realizar, quais sejam: a presença, a intenção, a coragem e o ato. Na seção que segue, faremos uma reflexão a respeito dos dias que antecederam a tragédia da pandemia de covid-19 em nossa sala de aula.

“UMA HISTÓRIA TÃO ANTIGA EM 2019”: ACOLHER E SER ACOLHIDA PARA SOBREVIVER!

Fecho os olhos e me lembro de uma história
que me dá vontade de chorar, me dá vontade de chorar.
Quantas vezes nossas lágrimas secaram?
Mas no peito ainda havia dor, e a gente se calou
num país com armas apontadas
políticas ultrapassadas
e olhares atravessados para nós.
Houve um tempo em que a canção não impedia
mais um jovem negro de morrer
por conta da sua cor.
Uma história tão antiga em 2019
de uma civilização antiga de 2019.
(História Antiga, Zé Manoel, 2020).

Em meados de 2019, nós tínhamos acabado de retornar de um período de doutorado de cerca de 5 anos, realizado em universidades norte-americanas. Havíamos, infelizmente, experienciado os dois anos iniciais do governo Trump. No ano de nosso retorno, Jair Bolsonaro iniciara seu mandato “num país com armas apontadas e políticas ultrapassadas”, como entonado

17 Para esse panorama, ver os artigos do instigante dossiê “Novas Universidades, novos campi, novas antropologias: docência, alteridades e expansão do ensino superior no Brasil” (LEAL; VEGA SANABRIA; CARIAGA, 2021).

18 Ver a discussão inaugurada pelo Comitê de Antropólogas Negras da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e pela Associação Brasileira de Indígenas Antropólogos (Abia). Para esse importante debate ver também o debate de Faye V. Harrison (2010).

19 Ver Vargas (2018) para um debate sobre antinegitude.

pelo compositor e músico Zé Manoel na epígrafe acima. A onda de uma política conservadora do neofascismo (LÖWY, 2019; SOARES, 2021) que se espalhava em várias partes do mundo profetizava o grande empreendimento violento e racista pactuado por Bolsonaro e sua equipe. Em 2019, foi prontamente instituída uma política de cortes orçamentários ligados às universidades públicas, além do agravamento do autoritarismo e da intimidação exercidos contra servidores e estudantes dessas instituições, conforme mencionado na quinta nota de rodapé deste artigo.

Durante a 71ª *Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (Sbpc), realizada em julho de 2019 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Ufms), um militar fardado realizou, sem solicitação nem comunicação prévia, o registro da palestra do neurocientista Sidarta Ribeiro, crítico do governo Bolsonaro. Os participantes do evento, num depoimento realizado à equipe de reportagem da Ponte Jornalismo (CRUZ, 2019), afirmaram estranhar a presença do oficial que registrava o evento sem consentimento prévio, gerando a sensação de intimidação nos presentes. Segundo relatos, houve participação de militares em eventos anteriores, mas quando convidados ou comunicados formalmente. Em julho de 2019, o ministro da Educação Abraham Weintraub exercia novamente uma postura agressiva e uma retórica racista numa discussão estabelecida diante do protesto de jovens ativistas e indígenas em Alter do Chão (MINISTRO..., 2019), importante território histórico indígena, que integram o corpo de estudantes graduados e em formação pela Ufopa. Citamos apenas esses dois episódios – que compõem um verdadeiro contexto impetuoso, agressivo e aniquilador que perdura ainda hoje – como amostras corroborativas do que nos aguardava no ambiente educacional e institucional de uma universidade pública localizada no coração da Amazônia, constituída por um percentual representativo de estudantes advindos do sistema de cotas²⁰.

Naquela retomada de retorno ao recinto pedagógico amazônico, sendo que dessa vez extremamente hostil, nosso principal propósito consistia justamente em transformar os tradicionais espaços de sala de aula²¹ em lócus de solidariedade, proporcionando-os como ambientes acolhedores, afetivos e sensíveis às nossas escutas e às trocas entre educadoras, palestrantes convidadas e estudantes. Lidávamos com um contexto político nacional e regional²²

20 A Ufopa representa a instituição de ensino público superior brasileira com maior quantitativo de ingressantes pretos, pardos e indígenas via políticas de cotas (SENKENVICS; MELLO, 2022).

21 Aproximadamente dez anos após a criação da Ufopa, continuávamos ocupando espaços adaptados de um antigo hotel, à época sublocado para nossa instituição. Salas sem janelas, à mercê da proliferação dos fungos amazônicos, eram os ambientes de que dispúnhamos para a prática pedagógica.

22 “Durante o evento da IX Semana dos Povos Indígenas da Ufopa, realizado em novembro de 2019, houve um episódio de confronto instaurado a partir das provocações do diretor de política e assistência estudantil, que no momento representava a reitoria, junto aos estudantes e lideranças indígenas Auricélia Arapiun, atualmente

bastante delicado, e possibilitar uma atmosfera segura de convivência e cuidados múltiplos era condição mínima para nossa sobrevivência intelectual, espiritual e física. Diante desse cenário, propusemos a oferta de disciplinas que dialogassem com a experiência de intelectuais negras, indígenas, femininas e lésbicas, que também incluíam alunas egressas. Além disso, no início de 2020 nos lançamos como coordenadoras dos cursos de graduação em arqueologia (Myrian) e antropologia (Carla). Unindo as potencialidades e inúmeras responsabilidades dessas duas coordenações, uma das primeiras atividades consistiu na organização de um coletivo de planejamento e realização da semana de acolhimento dos estudantes calouros de 2020.

Nessa atividade, eu, Myrian, estive com a professora e amiga Beatriz Martins Moura²³ à frente do planejamento da acolhida. Também contamos com a colaboração de vários alunos veteranos dos cursos de arqueologia e antropologia, além de representantes do centro acadêmico (CA) de arqueologia Maria Moaçara²⁴ e do CA de antropologia Luana Kumaruara²⁵. Carla, juntamente com a professora Bruna Rocha, na época vice-coordenadora do curso de arqueologia, também estiveram envolvidas na realização da semana de acolhimento, que teve apoio de outras professoras de nossos cursos. Mais uma vez, um grupo de mulheres intelectuais carregava no colo as responsabilidades do Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA) para receber e acolher os recém-ingressados nos cursos. Durante a semana inicial, oferecemos uma programação cuidadosa de apresentações e interações com professores, funcionários, estudantes, representantes dos CAs, de outros movimentos estudantis – como o DCE, o movimento LGBTQI+, o Coletivo Negro, o Coletivo de Estudantes Quilombolas (CEQ) e o Diretório Acadêmico Indígena (Dain) – e da universidade (figura 3). Dentro dessa proposta político pedagógica, incluímos um debate fundamental com a liderança indígena Luana

coordenadora do Centro Indigenista Tapajós-Arapiuns (Cita), gestão 2022-2023, Alessandra Korap Munduruku, a primeira presidenta da Associação Indígena Pariri, atualmente membra da Associação das Mulheres Wakoborun e chefe das guerreiras do Médio Tapajós (MUNDURUKU e CHAVES 2020), e Willames Borari, à época o coordenador do Diretório Acadêmico Indígena (Dain) da Ufopa (APIB, 2020; CATARINAS, 2021). Em seguida, a reitoria instaurou internamente um processo administrativo disciplinar (PAD) e acionou externamente a Polícia Federal, que instalou um inquérito policial contra os estudantes indígenas” (MUNZANZU *et al.*, no prelo).

23 Beatriz ou Biazinha, como carinhosamente a chamamos, foi aluna da primeira turma de antropologia da Ufopa, orientanda no nosso Núcleo de Pesquisa e Documentação da Expressões Afro-religiosas do Caribe e Oeste do Pará (Npdafro), e recentemente recebeu menção honrosa no prêmio Lélia Gonzalez da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em referência a sua tese de doutorado (MOURA, 2021).

24 De acordo com documentos históricos analisados pela pesquisadora Vera Guapindaia (1993), Maria Moaçara foi uma princesa indígena Tapajós, importante liderança desse povo de sociedade e de governo matriarcal.

25 É pertinente destacar que nossos estudantes de arqueologia e antropologia escolheram como títulos dos CAs relevantes lideranças indígenas femininas da região, sendo que para o CA de arqueologia foi nomeado uma expressiva liderança do passado e no caso do CA de antropologia uma forte representante do presente.

Kumaruaara, egressa do curso de antropologia da universidade. Foi um momento bastante emocionante, carregado de memórias, percalços, ancestralidades e estratégias de resistência para a sobrevivência no ambiente acadêmico (figura 4).

Figura 3. Folder com a programação da semana de acolhimento dos alunos calouros dos cursos de antropologia e arqueologia em 2020



Fonte: Luana Kumaruaara (2020).

Figura 4. Debate com a liderança Luana Kumaruaara em 10 de março de 2020



Fonte: Pedro Alcântara (2020).

Também organizamos uma roda de conversa intitulada “Por que é importante que exista um programa de arqueologia e antropologia na Ufopa, levando em consideração o contexto amazônico/político atual?”, liderada por alunas e egressas indígenas, quilombolas e negras dos cursos de arqueologia e antropologia, como Rafaela Pinto, Beatriz Moura, Tatiana Picanço e Gabriela Machado. Nessa conversa, as debatedoras e participantes compartilharam conflitos vivenciados desde a chegada à universidade ao enfrentamento do racismo institucional. Muitas mães, indígenas, negras e lésbicas ocupavam aquele espaço, em virtude de um antigo e batalhado projeto coletivo (figura 5).

Figura 5. Roda de conversa “Por que é importante que exista um programa de arqueologia e antropologia na Ufopa, levando em consideração o contexto amazônico/político atual?”²⁶



Fonte: Carla Munzanzu (2020).

Ingressar em uma universidade pública consistia no forjamento de uma estrutura e numa condição não arquitetada para corpos como os nossos. Inclusive a própria permanência nesses espaços representa uma batalha espiritual e corporal que provoca adoecimentos e ceifa utopias, como vem sendo cotidianamente relatado por intelectuais indígenas e negras (ABREU e SOUZA, 2020; ALVES, 2019; BENITES, 2018; CARVALHO e SOARES, 2021; PEREIRA, 2017; SOARES, 2022; XACRIABÁ, 2018). Diante desses desafios, cursar antropologia ou arqueologia representava uma afronta ao sistema externo, bem como o interno, de certa maneira, pois os preceitos teóricos e metodológicos antropológicos e arqueológicos se

²⁶ Evento realizado durante a semana de acolhimento dos estudantes de antropologia e arqueologia da Ufopa.

originaram e continuam se perpetuando sob um prisma hegemônico, branco, machista e europeu. Romper com esses pressupostos sem realizar o dito “estranhamento do objeto de pesquisa” nas próprias comunidades e realidades, incorporando um arcabouço epistemológico negro e indígena compreenderia também o “fazer Feitiço”? Por muito tempo esse questionamento vem nos instigando dentro e fora da universidade justamente por nossas trajetórias, que também acompanham a realidade de grande parte de nossas discentes. É fazendo Feitiço que preparamos nossos “corpos-territórios²⁷” (CABNAL, 2015; PAREDES, 2017) para os múltiplos enfrentamentos, que acolhemos nossas estudantes e colegas, que nos reinventamos e empreendemos uma tecnologia política de resistência física e espiritual, cuidando umas das outras.

Nessa semana de acolhimento, também proporcionamos oportunidades para a explicação dos procedimentos burocráticos, da estrutura e do funcionamento dos cursos de antropologia e arqueologia, com a visita e a apresentação dos principais setores da universidade. Finalizamos a semana com um evento cultural, a apresentação do espetáculo *Flor do medo*, do grupo teatral Iurupari, da Ufopa, uma dinâmica interativa com a atriz e palhaça Juliana Salobre e um café da manhã coletivo. Os alunos veteranos e representantes dos CAs encerraram o evento com espontaneidade, entre brincadeiras, cores, letras e pinturas junto aos calouros (figura 6). A semana de acolhimento representou um momento essencial de trocas que quebrou o distanciamento e a formalidade operacionalizada nas esferas acadêmicas, abrindo caminhos para tecer redes de afeto e cuidado. Nessas relações, mesmo que ainda iniciais, cada estudante e cada educadora se propôs à escuta atenta e à possibilidade de se solidarizar com o outro, de modo a proporcionar uma chegada menos fatigante e mais sensível no universo acadêmico.

27 Recentemente, coletivos feministas latinos vêm discutindo a relação entre corpo feminino e território (CABNAL 2010, 2014, 2015; ESPINOSA MIÑOSO *et al.*, 2014; HERNÁNDEZ, 2016; PAREDES, 2011, 2017): “Uma vertente destes coletivos é encabeçada por indígenas latinas, como Julieta Paredes, Lorena Cabnal e Lolita Chávez, as quais qualificam seus territórios como *cuerpo-tierra* ou territórios *cuerpos-territórios* (*body-land territories*). As autoras argumentam que esta categoria carrega a noção de opressão e violência histórica da colonização europeia, primeiramente sobre o território-corpo e também sobre o território histórico, a Terra. A categoria ‘território corpo-território’ permite uma melhor compreensão da corporeidade, (inter)subjetividade e reflexividade feminina indígena, e reverbera o movimento de defesa de seus corpos e territórios que as autoras vêm postulando” (LEITÃO-BARBOZA *et al.*, 2019, p. 506).

Figura 6. Dinâmica interativa organizada pelos alunos veteranos e pelos representantes dos CAs no encerramento da semana de acolhimento dos alunos de arqueologia e antropologia da Ufopa



Fonte: Myrian Barboza (2020).

Mal imaginávamos que, após aquela semana tão especial, iríamos nos distanciar fisicamente por um longo e doloroso período, consequência do novo vírus causador da pandemia, a covid-19. Ter proporcionado uma semana inicial de contato, apresentação e acolhimento, provavelmente estimulou a permanência dos estudantes na universidade, principalmente os calouros, que entravam em um universo desconhecido e temeroso, como muitos nos relataram. Todo o ano de 2020 foi marcado pelas sequelas da covid-19, que também nos desafiavam brutalmente no cenário educacional, devido ao projeto genocida e ao desaparelhamento institucional desenvolvido pela gestão bolsonarista. Estávamos eu e Carla na coordenação dos cursos, encarregadas de organizar, reativar as atividades dos cursos e sincronizá-las com as ações de nosso instituto e nossa universidade. Tudo de maneira remota, sem nenhum preparo prévio. Foi sem dúvida o ano de maior intensificação de trabalho, permeado por maratonas de reuniões, pela composição e pela coordenação de comissões especiais, bem como pela necessidade de realizar estudos sobre o coronavírus – voltados à biologia do vírus, a suas formas de contágio, às medidas preventivas e à organização infraestrutural dos ambientes da universidade. A gestão superior da Ufopa pressionava os institutos para tomadas de decisão sem um diagnóstico-base da situação de seus servidores e estudantes. Sem um planejamento adequado houve retomada das atividades, em formato remoto, muito desconectada da realidade que vivíamos. Adicionalmente, a pandemia nos excluiu da possibilidade da solidariedade presencial, do olhar nos olhos, do abraço, do toque e da sensação de apoio, confiança e fortalecimento construída na

convivência presencial diária.

No início de 2021, eu e Carla retomamos as aulas inteiramente em formato remoto, ministrando conjuntamente a disciplina optativa “Teoria Contemporânea da Arqueologia: Territórios Epistêmicos Indígenas e Negros nas Universidades” (figura 7), cuja realização estava prevista para 2020²⁸. Os projetos políticos pedagógicos (PPC) dos cursos de antropologia e arqueologia da Ufopa permitem que os estudantes façam disciplinas optativas do curso e de outros institutos, selecionadas pelos alunos a partir do quarto semestre de curso. No curso de arqueologia, cada estudante deve cursar pelo menos sete disciplinas optativas, enquanto na antropologia devem frequentar ao menos 11 disciplinas optativas. A cada semestre, os colegiados dos dois cursos oferecem uma diversidade de disciplinas, de preferência não ofertadas no semestre anterior, com temáticas mais específicas, não aprofundadas nas disciplinas obrigatórias, que possam auxiliar na área de atuação de pesquisa do estudante como uma formação complementar.

No curso de arqueologia, já foram ofertadas disciplinas optativas como “Arqueologia da Paisagem”, “Arqueologia das Américas”, “Arqueologia Pública e do Licenciamento Ambiental”, “Arqueologia Regional dos Rios Tapajós e Trombetas”, “Cultura Material”, “Povoamento da América”, “Relações Étnico-Raciais”, entre outras. No curso de antropologia, o quadro de disciplinas optativas inclui: “Antropologia Econômica e História”, “Antropologia Política”, “Estudos Afro-Brasileiros”, “Relações Interétnicas”, “Antropologia do Desenvolvimento”, “Antropologia Jurídica”, “Povos e Comunidades Tradicionais”, entre outras. Além das disciplinas optativas dos dois cursos, são consideradas optativas livres todas as disciplinas oferecidas na Ufopa, mesmo em outros institutos, o que confere flexibilidade curricular e promoção da interdisciplinaridade à formação dos estudantes.

Elaboramos nossa disciplina “Teoria Contemporânea da Arqueologia: Territórios Epistêmicos Indígenas e Negros nas Universidades” inspiradas em intelectuais indígenas e negras, “amefricanas”, para fomentar justamente um debate sobre a instigante produção político-intelectual de Lélia Gonzalez, Chimamanda Ngozi Adichie, bell hooks, Célia Xakriabá, Lidiane da Conceição Alves, Sandra Benites e Felipe Sotto Maior Cruz. Olhando dentro e fora dos espaços acadêmicos, com especial ênfase nas áreas da antropologia e da arqueologia, âmbito em que muitas indígenas e negras vêm reivindicando uma “demarcação e [uma] retomada do território epistêmico” (XACRIABÁ, 2018), nossa disciplina provocou discussões a respeito

28 No formato presencial iríamos compartilhar a disciplina com as lideranças e intelectuais indígena e negra da região, Luana Kumaruara e Luane Frois.

dos modos como as disciplinas acadêmicas tem sido “sacudidas” e “trans(formadas)” por outros corpos e experiências tradicionalmente sufocados e objetificados por uma ciência hegemonicamente branca, masculina, heteronormativa, cisnormativa, cristã e ocidental. Não é de hoje que áreas científicas como a antropologia vêm sendo criticadas e reformuladas, a exemplo dos impactos causados pelos estudos (trans) feministas negros e dos estudos sobre a diáspora africana no ensino e na pesquisa antropológica mais recentemente no Brasil. Esse movimento de interpelação transdisciplinar surge como uma via comprometida com outras epistemologias trazidas para o centro da produção científica e performatizada por outros corpos (ALVES, 2019; BENITES, 2018; CRUZ, 2017; GONZALEZ, 1988; hooks, 2014, 2020; XAKRIABÁ, 2018).

Figura 7. Card informativo da disciplina “Teoria Contemporânea da Arqueologia: Territórios Epistêmicos Indígenas e Negros nas Universidades” (ARQ0007), ministrada por nós em formato remoto em 2021

disciplina **Teoria Contemporânea da Arqueologia: Territórios Epistêmicos Indígenas e Negros nas Universidades**

PROGRAMA DE ARQUEOLOGIA E ANTHROPOLOGIA (ICS/UFOPA)
DOCENTES: MYRIAN S. L. BARBOZA
 CARLA R. MUNZANZU
 LUANE FROIS
 LUANA KUMARUARA

O QUE PENSAMOS
 Partindo das obras de intelectuais indígenas e negros “Amefricanas” (Lélia Gonzalez), propomos uma disciplina que abra espaços para o debate sobre essa instigante produção político-intelectual.

ALGUMAS INDAGAÇÕES
 1. Territórios epistêmicos indígenas e negros na universidade: Por que não nos vemos e ouvimos em nossos currículos acadêmicos?
 2. Como definir o chamado epistemicídio negro e indígena dentro e fora da universidade?
 3. Um debate a respeito do feminismo indígena e negro “americano”.
 4. Por onde anda o trans-feminismo indígena e negro?
 5. Lendo a produção dxs intelectuais indígenas e negrxs na antropologia e arqueologia da UFOPA.

09/03 a 02/07/2020
TERÇA (16:45-18:30)
QUINTA (14:00-16:30)
60 HORAS

Infos:
myrianbarboza@ufopa

“Afro-Ameríndia” Ilustração de Adyla Valente [2020], estudante de Arqueologia da UFOPA.

Fonte: Adyla Valente (2020).

Inicialmente, havia 36 alunos dos cursos de arqueologia e de antropologia matriculados em nossa disciplina, sendo 21 mulheres e 15 homens com perfil de composição variada: cis, trans, homoafetivos, negros (8), quilombolas (7), indígenas (5), ribeirinhos (8), de periferia urbana

(7) e de comunidade de Terreiro (1)²⁹. Todavia, a dificuldade de acesso remoto, principalmente entre estudantes de comunidades quilombolas, e as funções maternas impediram que muitos estudantes realizassem a disciplina – 10 estudantes realizaram trancamento. O formato remoto já se mostrava como uma barreira inicial para esses grupos.

Na nossa aula de abertura, contamos com a participação do convidado intelectual negro e paraense Josinaldo Reis do Nascimento, professor e pesquisador do campus Bragança do Instituto Federal do Pará (Ifpa). Professor Nego Bill, como gosta de ser denominado, apresentou toda a sua trajetória acadêmica, desde a dificuldade inicial, referente ao ingresso na universidade pública, e posteriormente ao curso de doutorado devido à exigência de prova de proficiência em inglês. Nego Bill, filho de mãe costureira solteira, nos contou que se tornou o primeiro membro de suas famílias materna e paterna a ingressar em uma universidade pública. No decorrer da disciplina, relatou sua trajetória acadêmica vinculada aos movimentos sociais, principalmente o dos pescadores do nordeste do Pará, e como isso lhe forneceu uma base para discutir categorias analíticas conceituais, como o “maretório”³⁰. Recentemente, Nego Bill defendeu com louvor sua tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Nessa aula inaugural da nossa disciplina, grande parte dos estudantes demonstrou identificação com os percalços acadêmicos contados por Nego Bill. Inúmeras vezes a narrativa de Nego Bill foi acompanhada por relatos similares, experienciados por nossos estudantes. A aula inaugural, portanto, serviu de encontro de experiências, paulatinamente encaixadas nos textos debatidos ao longo da disciplina.

Ao longo da disciplina, muitas vezes éramos surpreendidas por engasgos e lágrimas coletivas. Naquele momento, era extremamente difícil e angustiante sobreviver à pandemia e a suas sequelas, que, na Amazônia, carregavam famílias inteiras, colegas, professores, funcionários e estudantes, todos sem a possibilidade de “ar”³¹ para as despedidas. Vivíamos um luto solitário e temeroso, preocupadas pela incerteza quanto a quem poderia ser a próxima vítima. Recordamos com muita emoção quando uma aluna indígena e mãe, na faixa etária de 40 anos, expressou em lágrimas e soluços a complexidade da pandemia que enfrentava em sua aldeia. Era um desafio constante retomar as aulas por tela enquanto a realidade em volta era

29 Como essa classificação foi realizada do nosso ponto de vista, pode se revelar bastante limitada e imprecisa. Para os fins desse trecho do artigo, não houve uma consulta detida para autoidentificação.

30 Conceito utilizado pelos extrativistas como uma provocação, diante do termo “território”, a fim de trazer a noção das relações com o regime de marés e usado como ferramenta de afirmação identitária (NASCIMENTO, 2021).

31 Aqui, a metáfora é utilizada em referência à situação precária relativa à falta de cilindros de oxigênio, que levou à morte de várias pessoas nos hospitais de Manaus e de outras cidades amazônicas (FIOCRUZ, 2021).

tomada pelo pavor da morte. Diante dessa situação, durante todas as tardes de terças-feiras, o espaço virtual da disciplina foi totalmente configurado para nosso acolhimento e fortalecimento mútuo. O debate sobre os textos de intelectuais negras, indígenas e lésbicas e sobre nossas próprias vivências eram fonte de fôlego para enfrentar aquele momento tão doloroso. Participar das aulas, para muitas de nós, educadoras e estudantes, funcionava como um momento de refúgio, um espaço de reencontros, desabafos, choros e, acima de tudo, de acolhimento e de compreensão.

Como atividade avaliativa da disciplina, sugerimos a elaboração de materiais dinâmicos a respeito das temáticas discutidas em aula, com a possibilidade de um levantamento do contexto dos estudantes indígenas, quilombolas e negros da Ufopa. Fomos bastante surpreendidas pela qualidade das atividades realizadas e apresentadas, a exemplo de um *podcast* que apresentava intelectuais negras no campo da antropologia e de um fanzine ilustrativo com desenhos autorais do processo de enfrentamento da covid-19, entre outros resultados. Essa proposta de disciplina nos comprovou a necessidade urgente de repensar propostas pedagógicas diferenciadas e voltadas ao contexto amazônico. No caso da arqueologia, recentemente foi realizado um interessante debate no colegiado, com a participação de outras colegas do curso, que resultou na possibilidade de adequação do PPC do curso, de modo a incluir uma disciplina sobre a arqueologia da diáspora negra.

Em março de 2020, na metade da disciplina, eu (Myrian) descobri um carcinoma tireoidiano em fase de metástase e descobri ainda que minha irmã se encontrava numa situação semelhante. Vivíamos justamente a fase crítica do número de casos da covid-19, com leitos de UTI totalmente ocupados em várias partes do Brasil. Precisei me afastar prontamente da disciplina para dar início aos exames pré-operatórios e a todo o tratamento de saúde. Certamente, se não tivesse sido acolhida e cuidada pela colega e amiga Carla e por nossas alunas, embalada pelos Feitiços em sala de aula, o adoecimento seria mais grave naquele momento crítico.

“PELA MÃO DO POVO NEGRO, PELA MÃO DO POVO INDÍGENA”: NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM!

Hoje vivo num futuro construído por meus pais.
Ficam histórias e heranças, tesouros ancestrais.
Meu presente foi sonhado, muitos, muitos anos atrás
Pela mão do povo negro, pela mão do povo indígena.
Salve rei Xangô e seu reino.

Terra de paz e justiça.
Terra de paz e justiça.
Terra de paz e justiça.
(História Antiga, Zé Manoel, 2020).

Carregamos no corpo a ancestralidade e a memória de nossos povos, assim como os sonhos, sonhados “muitos, muitos anos atrás pela mão do povo negro, pela mão do povo indígena”, como poetizado por Zé Manoel. Adentrar o ambiente universitário fora do contexto de uma visita escolar, do acompanhamento de familiares técnicos, ou mesmo da realização de uma faxina não seria comum à nossa realidade. No entanto, essa mudança já se sonhava coletivamente havia muito tempo. No final da década de 1990, ingressamos como estudantes na universidade; após cerca de 10 anos, cruzávamos os corredores universitários, agora na posição de professoras concursadas. Nossos fundamentos e trajetórias prévias, calcados junto aos movimentos sociais e às experiências afro-religiosas, indubitavelmente ecoaram e pesaram em nosso engajamento atual e na consolidação de um projeto coletivo e integrado voltado ao acolhimento e à formação de nossas estudantes. Unimos nossas vivências, anseios, necessidades e tecnologias em coparticipação com as demandas das estudantes, e fomos, de maneira cuidadosa e afetiva, fazendo Feitiço em sala de aula.

Nos anos seguintes ao nosso doutoramento, quando retornamos às salas de aula no Brasil, fomos tomadas por um cenário assombroso, marcado pelo desfalecimento das instituições públicas de ensino superior. “Violência” vem sendo a palavra de ordem a escancarar ainda mais os desejos e os malefícios de uma sociedade racista, escravocrata e misógina, adoecida pelo individualismo e pela sede de domínio. Encarar e sobreviver a esse *front* exigia sensibilidade acima de tudo. Transformamos as salas de aula em espaços espirituais, libertadores e políticos de acolhimento e cuidado mútuo. Inspiradas em nossas referências ancestrais maternas e num poderoso grupo de intelectuais negras e indígenas, exercemos intuitivamente uma epistemologia do transe e preparamos nossos “territórios corpos-territórios”. Pouco a pouco, os debates travados em sala de aula eram nutridos por um rico corpo teórico, que se cruzava com nossas experiências pessoais, formando um modo próprio de operacionalização teórico-metodológica. Nossas práticas pedagógicas, calcadas no comprometimento e no cuidado mútuo, refletem a noção de bell hooks (2020) sobre as formas de afeto em sala de aula que terminam criando um espaço mais instigante, respeitoso, confiante e propício ao aprendizado:

O amor na sala de aula estabelece uma base para o aprendizado que acolhe e empodera todo o mundo [...] Quando esses princípios básicos do amor formam a base para interação professor-estudante, a busca mútua por conhecimento cria as condições para um aprendizado ideal. (hooks, 2020, p. 239).

O feminismo negro há muito tem nos ensinado sobre a ressignificação de vivências pessoais incorporadas às ideologias e lutas históricas coletivas, como defendemos ao longo do artigo. Somatizar nossas experiências tem servido como fundamento primordial para a reelaboração e a potencialização das teorias e práticas político-pedagógicas na antropologia e na arqueologia. Vivenciar essas experiências em sala de aula, conectadas e visceralmente assimiladas por um grupo peculiar e muito especial de estudantes amazônicas, tem sido revigorante, um acalanto para a alma – sinal de que o Feitiço vem provocando bons efeitos.

Os pressupostos e as tecnologias do Feitiço ultrapassam barreiras espaciais e temporais, soprando as ventanias de novas possibilidades pedagógicas que unem experiência social, espiritualidade e ancestralidade coletiva, bem como transformam ambientes educacionais num lócus político para a união de forças, cuidados e acolhimentos. Banhar-se de águas transgressoras e protetoras de nossas ancestrais tem sido uma estratégia política e medicinal para a continuidade dos nossos passos.

Ninguém solta a mão de ninguém!³²

Figura 8. Roda de abraço realizada durante a semana de acolhimento dos alunos do curso de graduação de antropologia e arqueologia da Ufopa, em março de 2020



Fonte: Anne Simões (2020).

32 Somos profundamente gratas às nossas matriarcas e referenciais intelectuais indígenas e negras que vem nos ensinando diariamente e estimulando nossos longos passos. Às nossas estudantes, agradecemos pelo carinho, pelo acolhimento e pela confiança. À Urânia Munzanzu, agradecemos pelas valiosas partilhas e inspirações. À Thais Oliveira, somos gratas pela dedicada e atenciosa formatação e revisão do texto. Ao amigo e fotógrafo Ismael Silva, agradecemos a cessão gentil da foto que abre este texto.

REFERÊNCIAS

1. ABREU E SOUZA, Rafael de. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre arqueologia do racismo à brasileira. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 43-65, 2020. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/743/44>. Acesso em: 13 fev. 2022.
2. ALEXANDER, M. Jacqui. **Pedagogies of crossing: meditations on feminism, sexual politics, memory, and the sacred**. Durham: Duke University Press, 2005.
3. ALVES, Lidiane da Conceição. Reivindicando o território epistêmico: mulheres negras, indígenas e quilombolas interpelando a antropologia. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n.16, p. 82-94, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1831/1243>. Acesso em: 15 maio 2022.
4. BENITES, Sandra. **Viver na língua Guarani Nhandeva (mulher falando)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5614290#. Acesso em: 13 maio 2022.
5. CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas. *In*: CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: Acsur las Segovuas, 2010. p. 11-15. Disponível em: <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.
6. CABNAL, Lorena. **Documento en construcción para aportar a las reflexiones continentales desde el feminismo comunitario, al paradigma ancestral originario del “Sumak Kawsay”**. Santa María Xalapán Jalapa, 2014. Disponível em: <https://escuelamujerymineria.files.wordpress.com/2014/03/buen-vivir-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.
7. CABNAL, Lorena. Without being consulted: the commodification of our body-land territory. *In*: CARVAJAL, Laura Maria.; CABNAL, Lorena.; RUALES, Gabriela. *et al.* (ed.). **Women defending the territory: experiences of participation in Latin America**. Bogota: Fundación Cultural de Artes Gráficas, 2015. p. 41-56.
8. CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
9. CASTOR, Nicole Fadeke. **Spiritual citizenship: transnational pathways from black power to Ifá in Trinidad**. Durham: Duke University Press, 2017.

10. CARVALHO, Patrícia Marinho de; SOARES, Alice de Matos. “Todo poder ao povo preto”: diálogos sobre práticas colaborativas entre seres em lugares e tempos afrodiáspóricos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 37, p. 164-177, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/163773>. Acesso em: 13 fev. 2022.
11. CRUZ, Felipe Sotto Maior. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v.11, n. 2, p. 93-108, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15949>. Acesso em: 18 mai. 2022.
12. CRUZ, Maria Tereza. Militar filma palestra de cientista que criticou Bolsonaro. **Ponte Jornalismo**, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/militar-filma-palestra-de-cientista-que-criticou-bolsonaro/>. Acesso em: 13 jun. 2022.
13. DANTICAT, Edwidge. **Create dangerously**: the immigrant artist at work. New York: Vintage, 2011.
14. ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkes., CORREAL, Dian Gómez., MUÑOZ, Karina Ochoa. Introducción y presentación. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkes; CORREAL, Dian Gómez, MUÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de otro modo**: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 13-52.
15. EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Austin: Host Publications, Inc., 2007.
16. EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**: (contos). Belo Horizonte: Nandyala, 2011.
17. EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2016.
18. FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. **Informe ENSP**, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>. Acesso em: 13 jun. 2022.
19. GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrini. **Fontes Históricas e Arqueológicas sobre os Tapajó: A Coleção Frederico Barata do Museu Paraense Emílio Goeldi**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.
20. GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.
21. GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes Limitadas, 2019.
22. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**,

- Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.
23. HARRISON, Faye. **Decolonizing anthropology**: Moving further toward an anthropology for liberation. Arlington: American Anthropological Association, 2011.
 24. HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**, Lima, v. 12, n. 1, p. 46, 2016. Disponível em: <https://revistasolar.pe/index.php/solar/article/download/129/129/138>. Acesso em: 13 fev. 2022.
 25. hooks, bell. **Teaching to transgress**. New York: Routledge, 1994.
 26. hooks, bell. **Teaching community**: A pedagogy of hope. New York: Routledge, 2003.
 27. hooks, bell. **Teaching Critical Thinking**: Practical Wisdom. New York: Routledge, 2010.
 28. hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico**. Sabedoria e prática. São Paulo: Elefante, 2020.
 29. JAMES, Joy. **Seeking the beloved community**: A feminist race reader. SUNY Press, 2013.
 30. JAMES, Joy; FARMER, Ruth. **Spirit, Space & Survival**: African American Women in (White) Academe. New York: Routledge, 1993.
 31. JONES, Omi Osun Joni; MOORE, Lisa; BRIDGFORTH, Sharon. **Experiments in a jazz aesthetic**: art, activism, academia, and the Austin Project. Austin: University of Texas Press, 2010.
 32. JONES, Omi Osun Joni L. Calling for a Conjunction. *Text and Performance Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 414-417, 2013.
 33. JONES, Omi Osun Jon. **Theatrical jazz**: performance, *Àçê*, and the power of the present moment. Columbus: The Ohio State University Press, 2015.
 34. LEITÃO-BARBOZA, Myrian Sá; TUKANO, Larissa Duarte Ye'padiho; WAIWAI, Jaime Xamen. "Corpoterritorialização" Katukina: lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 503-547, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/7365>. Acesso em: 14 jun. 2022.
 35. LEAL, Natacha Simei; VEGA SANABRIA, Guillermo; CARIAGA, Diógenes Egídio. Apresentação do Dossiê "Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil". **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 25-38, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/35952>. Acesso em: 05 fev. 2022.
 36. LÖWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **A Terra é Redonda**, 24 out. 2019. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/>

- outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.
37. MANOEL, Zé. História Antiga. In: MANOEL, Zé. **Do meu coração nu**. São Paulo: Joia Moderna, 2020. CD.
38. MCKITTRICK, Katherine. **Demonic grounds**: black women and the cartographies of struggle. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.
39. MINISTRO da Educação entra em confronto com ativistas no Pará. **O Liberal**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://www.oliberal.com/amazonia/ministro-da-educa%C3%A7%C3%A3o-entra-em-confronto-com-ativistas-no-par%C3%A1-1.175579>. Acesso em: 03 jun. 2022.
40. MORRISON, Toni. **Beloved**. New York: Plume, 1988.
41. MOURA, Beatriz Martins. **Mulheres de axé e o território da universidade**: encruzilhando epistemologias e refundando pedagogias. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
42. MUNZANZU, Carla Ramos; LEITÃO-BARBOZA, Myrian Sá; MOURA, Beatriz Martins. Políticas afirmativas para os povos indígenas: universidade pública como território em processo de demarcação e retomada. **Revista Mana**, Rio de Janeiro. No prelo.
43. NASCIMENTO, Josinaldo Reis. **Nos maretórios da Amazônia**: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
44. ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador: Editora Devires, 2020.
45. PAREDES, Julieta. **Hilando fino, desde el feminismo comunitario**. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2011.
46. PAREDES, Julieta. El feminismo comunitario: la creación de un pensamiento propio. **Corpus**, Buenos Aires, v. 7, n. 1, p. 1-9, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/corpusarchivos/1835>. Acesso em: 02 out. 2022.
47. PEREIRA, Anderson da Costa. Preto, gay e do Norte: ações afirmativas na pele. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 35-46, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/132065>. Acesso em: 13 mai. 2022.
48. RAMOS, Carla (Munzanzu). **Notícias de um Levante – black women scholars in Brazil**: feitiço, insubmissão, etno(ori)grafia and critical intervention in the university. Tese (Doutorado em Africa and African Diaspora Studies) University of Texas, Austin, 2019.
49. ROJAS, Fabio. **From black power to black studies**: how a radical social movement

- became an academic discipline. Baltimore: JHU Press, 2010.
50. SENKENVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. As universidades federais depois das cotas. **Nexo Jornal**, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2022/As-universidades-federais-depois-das-cotas>. Acesso em: 2 mar. 2022.
 51. SOARES, Alice de Matos. **Experiências afro-diaspóricas na arqueologia**: relatos, sensações e emoções em um Brasil do século XXI. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2022.
 52. SOARES, José de Lima. A nova direita, bolsonarismo e tendências neofascistas no Brasil. **Emblemas**, Catalao, v. 18, n. 2, p. 10-37, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/emblemas/article/view/70172>. Acesso em: 21 jul. 2022.
 53. STRONGMAN, Roberto. **Queering black Atlantic religions**: transcorporeality in Candomblé, Santería, and Vodou. Durham: Duke University Press, 2019.
 54. TINSLEY, Omise'eke Natasha. **Ezili's mirrors**: imagining black queer genders. Durham: Duke University Press, 2018.
 55. VARGAS, João Helion. Costa. **The denial of antiblackness**: multiracial redemption and black suffering. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.
 56. VEGASANABRIA, Guillermo; DUARTE, Luiz Fernando Dias. O ensino de antropologia e a formação de antropólogos no Brasil hoje: de tema primordial a campo (possível) de pesquisa (antropológica). **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 90, p. 1-32, 2019. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/484/569>. Acesso em: 09 jul. 2022.
 57. WALKER, Alice. **A cor púrpura**. São Paulo: Editora José Olympio, 2021.
 58. WEKKER, Glória. **The politics of passion**: Women's sexual culture in the Afro-Surinamese diáspora. New York: Columbia University Press, 2006.
 59. WILDERSON III, Frank B. **Red, white & black**: Cinema and the structure of US antagonisms. Durham: Duke University Press, 2010.
 60. XAKRIABÁ, Celia Nunes Correa. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Departamento de Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34103>. Acesso em: 06 jul. 2022
 61. YEMONJÁ, Mãe Beata de. **Caroço de dendê**: a sabedoria dos terreiros: como ialorixás e babalorixás passam conhecimentos a seus filhos. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

Carla Ramos Munzanzu

Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará. Ph.D. em Estudos Africanos e da Diáspora Africana e Estudos de Gênero e Sexualidade pela Universidade do Texas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0701-905X>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Redação, Revisão e Ilustrações. E-mail: carlaramos@utexas.edu

Myrian Sá Leitão Barboza

Professora Adjunta do Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia da Universidade Federal do Pará. Ph.D. em Antropologia Cultural e Estudos Latino-Americanos pela Universidade da Flórida. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6712-7386>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Redação, Revisão e Ilustrações. E-mail: myrianbarboza@ufl.edu